
Dupla relação entre Educação e Desenvolvimento Local (endógeno-emancipatório)

VICENTE FIDELES DE ÁVILA*

Resumo

A principal finalidade com este artigo é esclarecer sobre a dupla e indissociável relação entre Educação e Desenvolvimento Local (DL) endógeno-emancipatório, ou seja, se a Educação propicia condições culturais e procedimentais para a ativação do DL, e, também, se a implementação do DL constitui exercitação geradora da melhoria qualitativo-quantitativa da Educação (Comunitária e Escolar), em termos tanto da formação e exercitação da cidadania quanto da aprendizagem propriamente dita, segundo o art. 22 da LDBEN n. 9.394/96. Todavia, como o entendimento de DL é muito menos difundido que o de Educação, os sete primeiros itens sequenciais versam sobre a recente história do DL, as três maneiras mundiais de concepção do DL, QUE-NÃO-É-DL e de fato QUE-É-DL, sendo retomadas as ponderações à referida dupla relação nos dois últimos itens, com a enfática nota conclusiva de que, quanto às abordagens focadas, “se utopia, uma boa utopia”.

Palavras-chave: Desenvolvimento local. Educação. Inclusão social. Solidariedade.

Introdução

A dupla relação entre Educação e Desenvolvimento Local (DL) (endógeno-emancipatório) se conota como de causa e efeito em recíproca alternância. Ou seja, num primeiro ponto de partida se

* Doutor em Política e Programação do Desenvolvimento (enfoque em *Educação e Emprego*) pela Université de Paris I/ Panthéon-Sorbonne (França); Bacharel e Mestre em Teologia pela Pontifícia Universidade Gregoriana-PUG de Roma (Itália); Licenciado em Filosofia e Pedagogia (no Brasil); professor aposentado da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul-UFMS; cofundador e ex-docente dos Programas de Pós-Graduação *Stricto Sensu* em Educação e em Desenvolvimento Local da Universidade Católica Dom Bosco-UCDB, de Campo Grande-MS. Email: fidelesdeavila@gmail.com.

educa formativamente para o Desenvolvimento Local (endógeno-emancipatório) e, ato contínuo, a própria dinâmica operativa do DL (se de fato endógeno-emancipatório) constitui processo efetiva e altamente educativo para a personalizada e socicomunitarizada cidadania de todas as pessoas nele envolvidas. Daí em diante, os dois polos constituintes dessa dupla relação alternadamente se retroalimentam, como nos circuitos elétrico-propulsores de nossos veículos automotores.

Então, o que desde logo se destaca é que essa dupla relação vai perfeitamente ao encontro do fundamental preceito da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN) – nº 9,394/1996 –, que, em seu artigo 22 (frizando a expressão “desenvolver o educando” como a primeira das três finalidades da Educação Básica), assim dispõe: “A educação básica tem por finalidades desenvolver o educando, assegurar-lhe a formação comum indispensável para o exercício da cidadania e fornecer-lhe meios para progredir no trabalho e em estudos posteriores”. (BRASIL, 1996)

Resta saber, doravante, como a reciprocidade desse duplo dinamismo relacional se caracteriza em termos de entendimentos básicos e de perspectivas operacionais, explicitamente preceituadas para a Educação Básica brasileira, nos termos da citação supra, como também de fato extensivas a todos os graus, níveis e formas educacionais, tanto no Brasil quanto em qualquer outro país do planeta.

Aliás, uma das mais frequentes consultas que os interessados pelo Mestrado em Desenvolvimento Local da Universidade Católica Dom Bosco-UCDB sempre fizeram era, e continua sendo, sobre a possível e proveitosa relação que o DL teria ou poderia ter com suas áreas ou domínios de formação, em nível superior e respectivas *performances* de atuação profissional. Então, em 2008 escrevi o texto intitulado *Mestrado em Desenvolvimento Local/UCDB e diplomado em qualquer curso de graduação*

(ÁVILA, 2008), no qual esclareço, contundentemente, que a concepção teórica e a dinâmica operacional do DL (endógeno-emancipatório), de fato e *necessariamente*, precisam da atuante e construtiva convergência multi e interdisciplinar de praticamente todos os perfis formativos e profissionais abrangidos também por todos os patamares da Educação Superior.

Agora, as seguintes três observações sobre o encaminhamento sequencial deste texto. Primeira, a de que, por um lado, os leitores já trazem, na própria bagagem, conhecimentos e experiências mais ou menos amplos e aprofundados sobre Educação não apenas restrita à bipolaridade *ensino x aprendizagem*, mas, por outro, muito pouco ou quase nada têm ouvido sobre DL (endógeno-emancipatório). Segunda, a de que, por consequência lógica, entendeu-se indispensável, primeiro, prestar os básicos esclarecimentos histórico-conceituais a respeito do que se entende por Desenvolvimento Local, tanto genericamente quanto de natureza endógeno-emancipatória, para, em seguida e por último, retomar a questão da dupla e intrínseca relação entre Educação e Desenvolvimento Local endógeno-emancipatório. E, terceira, a de que cada leitor, com base em seus conhecimentos e experiências vivenciadas sobre Educação (inclusive para a cidadania), já no curso da leitura dos próximos itens poderá ir formulando as próprias ideias a respeito da mencionada e indissociável dupla relação.

Estruturalmente, este texto compreende: os básicos esclarecimentos histórico-conceituais sobre DL, este genericamente focado até o final do 3º item, mas configurado como de natureza endógeno-emancipatória no 2-º e do 4º ao 7º; a retomada da dupla relação, referida no primeiro parágrafo supra, pelo 8º, em que a se destaca a *Educação como sistema circulatório-respiratório do DL*; e, no 9º e último item, ponderações sobre como impregnar Educação Escolar de dinamismos endogeneizadores de DL.

Breve contextualização histórica sobre DL

O estudo e a teorização do DL ainda constituem esforço e iniciativa muito recentes. Iniciaram-se na Europa Ocidental a partir dos meados da década 1980, quando a então Comunidade Europeia – hoje União Europeia – se viu compelida a se preocupar com o acelerado e significativo crescimento dos contingentes populacionais periféricos em praticamente todos os países a ela já pertencentes ou pretendentes a nela se ingressarem. Isso, sobretudo em razão dos seguintes três grandes acontecimentos históricos (dois rompimentos e uma periferização):

1. Desmantelamento (pelo menos formal e aparente) dos impérios coloniais europeus, nas décadas anteriores, mais significativamente em termos de África e grande parte da Ásia. As consequências desse desmantelamento consistiram, sobretudo, em repatriamentos de cidadãos metropolitanos instalados nas ex-colônias bem como de acerto ou acomodação das situações de ex-colonizados, com dupla cidadania ou simplesmente migrados para as respectivas ex-metrópoles colonizadoras, principalmente pela facilidade linguística e conhecimento de hábitos de vivência, em busca de trabalho, estudo e realização de sonhos metropolitanos secularmente sufocados pelo domínio colonizador.

2. Implosão do regime socialista na ex-União Soviética, por um lado permitindo a mobilidade demográfica, também reprimida por mais de sete décadas, e, por outro, transformando os chamados países *desenvolvidos* da região em verdadeiros centros de atração para efeito de melhor emprego e renda, já que a aspiração a esse tipo de possibilidade se tornou muito difícil nas ex-colônias tanto *imperialistas* quanto *socialistas* da época.

3. A esses dois primeiros rompimentos, acresçam-se as consequências da periferização herdada dos rescaldos migratórios da

Segunda Guerra Mundial, pelas hordas de operários deslocados – até o final da década 1960 – de Portugal, Espanha, Itália, Egito e rincões outros de todo o planeta em direção à reconstrução das regiões economicamente mais fortes do noroeste europeu.

Nesse contexto histórico é que, segundo Carpio Martín (1999 *apud* ÁVILA, 2006a, p. 54),

[...] durante los años 80, el crecimiento de las experiencias de Desarrollo Local está reforzado por el proceso de descentralización político-administrativa, las políticas de creación de empleo, las políticas europeas y el creciente protagonismo de las sociedades locales en la gestión del desarrollo [...] como una estrategia adecuada a las demandas sociales de mayor bienestar social y de creación de empleo [...] – tendo sido entendido pelo Consejo Económico y Social-CES da União Europeia, em 1995, segundo o mesmo autor, como el proceso reactivador de la economía y dinamizador de la sociedad local, mediante el aprovechamiento eficiente de los recursos endógenos existentes en una determinada zona, capaz de estimular y diversificar su crecimiento económico, crear empleo y mejorar la calidad de vida de la comunidad local, siendo el resultado de un compromiso por el que se entiende el espacio como lugar de solidaridad activa [...].

Mas, logo que comecei a me entrosar com as bases teóricas do DL¹, vindas, sobretudo, da Espanha, por meio da Universidade Complutense de Madrid/UCAM, e inclusive pela direta mediação do mencionado Prof. Cárprio Martín na primeira turma de nosso Mestrado em Desenvolvimento Local da Universidade Católica Dom Bosco/UCDB de Campo Grande-MS, em outubro de 1998, percebi a necessidade de reestudar sua essência conceitual.

Isso, em virtude de que o entendimento puramente neoliberal do *Desenvolvimento Local* como simples [...] *proceso reactivador de la economía y dinamizador de la sociedad local* [...] (nos termos da citação acima) não bastava às circunstâncias de realidades próprias dos países ditos *subdesenvolvidos*, embora talvez até

¹ Desde já peço vênia para o frequente e também mais coloquial emprego da primeira pessoa do singular em diversos tempos verbais ao longo deste texto, assim como das correspondentes formas pronominais. Isso, em razão de que, embora tímida e modestamente no início de envolvimento com Teoria do Desenvolvimento Local (immanentemente endógeno-emancipatório), no Mestrado da UCDB, acabei me dedicando integralmente a essa TEORIA, tanto por ministrá-la como disciplina quanto por organizar e coordenar grupos de estudo/pesquisa para essa finalidade. O primeiro já com mestrandos da também primeira turma, em outubro de 1998, que funcionou intensamente até o final de 2000.

Portanto, e como ainda mais se esclarecerá nos próximos 1º, 2º e 3º itens encerram originais enfoques teórico-metodológicos do Desenvolvimento Local (isto é, assim não formulados por outros autores), motivo pelo qual várias passagens dessas publicações são reproduzidas ou aludidas nas abordagens ora em curso.

fosse assaz avançado para a cultura capitalista europeia, a da estreita visão do capitalismo moderno de que a *economia* constitui fonte e meio pelos quais se consegue, resolve, barganha ou compra tudo para todas as necessidades e diversas maneiras de implementação da vida humana e de seu contexto meio-ambiental².

E, quanto à atualidade dessa visão, importa observar que ainda não sofreu significativas reconsiderações, até mesmo em face da crise econômica gerada e estendida ao resto do planeta, a partir de 2008, justamente pelas hegemonias dos países ocidentais mais *ricos* ou *desenvolvidos* da atualidade, como se automaticamente *riqueza* fosse sinônimo de *desenvolvimento*, *ricos* de *desenvolvidos*, e vice-versa. A confirmação disso já veio e continua a vir à tona por anúncios de bilhões de dólares e euros para alguns pontos sensíveis das respectivas economias, tais como sistemas financeiros estatais e privados em risco, assim como grandes empresas, sobretudo para evitar desconfiças dos investidores e avalanches de desemprego.

No entanto e de fato, por um lado, não se ouve falar de organização e envolvimento ativo das próprias populações em iniciativas pessoais e *comunitarizadas* de soluções aos problemas da crise, que lhes afetam de imediato. Mas, por outro, é sabido de todos e quaisquer cidadãos que os concernentes pagamentos de contas e suas terríveis consequências recaem diretamente, e com peso de chumbo, sobre todas as dimensões pessoais e societárias das populações envolvidas, e não propriamente nas de quantos hajam contraído as dívidas.

Mas, no que respeita à relação entre os países *desenvolvidos* e *subdesenvolvidos*, ainda continua a existir enorme fosso histórico entre eles, o dos sistemas coloniais, que sempre pesaram, quando do explícito jugo colonizador de *porteira fechada*, em cada território dominado por metrópole até a segunda metade do século passado, e hoje continuam a pesar, pelas modernas formas de colonização: imposição de *hoyalties*, usurpação de patentes, reservas

² Embora de lá para cá já esteja ocorrendo tímidas propostas de cunho mais inclusivo, no sentido de as populações locais de fato se envolverem incisivamente no processo de autoconcepção e gerenciamento do desenvolvimento, como no caso das importantes posições a respeito do Turismo, defendidas na conferência do Prof. Dr. Rémy Knafou (Université de Paris I/ Panthéon-Sorbonne) sobre "Turistificação com base local", no XI ENCONTRO NACIONAL DE TURISMO COM BASE LOCAL (XI EN-TBL), promovido pela UFF em Niterói de 12 a 14 de abril de 2010.

de domínios territoriais inclusive por meio de artificiosas ajudas econômico-humanitárias, unilaterais arbitrações de impagáveis dívidas, manipulações de *spreads* e bolsas de valores, biopirataria, e assim por diante.

Em verdade, tal fosso constituiu e constitui implacável duto de drenagem e sucção de recursos e riquezas dos atuais territórios *subdesenvolvidos* para os *desenvolvidos*, fato que lhes possibilitou criar e sedimentar, ao longo dos últimos séculos, as principais bases infraestruturais da concepção liberal e neoliberal do desenvolvimento, tais como: educação em massa para produção operária em série e consumo populacional em escala; capilarizações internas e extensões externas de suas malhas de transporte e comercialização; abundância de recursos para dispêndios em geração de conhecimentos e tecnologias, que lhes garantem hegemonia industrial e comercial mundo afora; exportação e imposição de suas culturas de todos os tipos, tanto as construtivas quanto as destrutivas e até da violência; acirrado controle do sistema financeiro mundial; etc.

Diante desse contexto, já à época entendi que falar a respeito de DL em realidades latino-americanas, africanas e similares certamente precisava considerar aspectos quantitativa e qualitativa muito diversos daqueles existentes nos principais países ocidentalmente protótipos da atual concepção de desenvolvimento, tanto na Europa quanto fora dela. Ou seja, se lá já houve histórica sedimentação e implementação de aspectos infraestruturais do desenvolvimento às maneiras liberal e neoliberal, em nossas realidades *subdesenvolvidas*, temos de começar quase tudo, e tudo do quase zero. E até mesmo quanto à formação de nossa autoconsciência e de nossa autoconfiança de sermos capazes de nos desenvolver sem o desejo de que outros venham fazer isso por nós sob formas de assistencialismos e barganhas de nossa independência por importação de *mecanismos colonizadores de desenvolvimento*.

Em outros termos, essa é a principal razão pela qual o DL deve ser tratado em nossas realidades latino-americanas e similares como de intrínseca natureza endógeno-emancipatória. É que, de um lado, essa é a opção de desenvolvimento que envolve diretamente as pessoas em seus *habitats* e formas reais de vida, tanto a individualizada quanto a *sociocomunitarizada*, e, por outro, a não reação para nos tornarmos capazes de nos desenvolver já se constituiria automática aceitação, alimentação e perpetuação do processo colonizador dos *ricos desenvolvidos* sobre os *pobres subdesenvolvidos*, em termos de países e até de comunidades locais dentro de um mesmo país.

Não nos basta, pois, apenas reativar economia e dinamizar nossa sociedade. Precisamos ir mais a fundo, em iniciativas e implementos socioculturais de formação e inclusão de pessoas e comunidades-localidades concretas em processos endogeneizadores de capacidades, competências e habilidades de se desenvolverem, enquanto *sujeitos* (e não meros *objetos*) de suas trajetórias e conquistas nesse domínio.

E isso, em contínuo rompimento das amarras que nos (a elas e a nós todos) prendem ao *subdesenvolvimento*, cujo principal fundamento se caracteriza como de precípua ordem cultural (o que implica fundamentalmente solidariedade e educação); portanto não apenas econômica, porque diz respeito à nossa falta de autoconsciência e convicção em relação a aprender, solidarizar, assumir e dinamizar nossos próprios rumos e processos de desenvolvimento.

Já pude comprovar até com meus ex-alunos (biólogos, engenheiros, advogados, economistas, educadores, administradores, agrônomos, etc.) que, na maioria das vezes, o primeiro e maior passo para assim encararmos o DL consiste em rompermos a própria ausência ou até resistência de autoestima e autoconfiança quanto a nossa capacidade de solução ou de aprendermos a solucionar problemas e perseguir aspirações em dimensões associativamente integradas, bem como de curto, médio e longo prazos.

Vejam, à letra **c** do próximo item, como esta inerência endógeno-emancipatória do DL o faz distinguir essencialmente de suas outras duas concepções neoliberais, justamente as primeiras apontadas em **a** e **b**.

Três maneiras mundiais de encarar o desenvolvimento comunitário local

Apesar de suas também apenas três décadas de existência, a expressão “Desenvolvimento Local” já é disponível e corrente na internet, em bibliotecas e centros de documentação do mundo inteiro. Mas isso não quer dizer que o seu significado seja o mesmo em todo o planeta, já vimos atrás. (ÁVILA, 2006a, p. 57-61)

Eis, pois, as sínteses dessas três maneiras (transcrevendo os teores do livro): a) A da relação do *mundo desenvolvido* com suas próprias periferias, carências e pobreza interna e socioeconomicamente desequilibradoras [...] [p. 57]. [Assim,] o *Desenvolvimento Local* se reduz a canal de extensão das prerrogativas básicas do desenvolvimento, já reinante nas *zonas desenvolvidas*, às *zonas* ou *bolsões periféricos*, carentes ou pobres de determinado país desenvolvido. Isso se resolve -pelo menos em termos de amenização da injustiça social- por emprego, salário e participativo aproveitamento dos potenciais locais como geradores de renda e bem-estar social nas comunidades visadas. [Mas] a implementação do *Desenvolvimento Local*, nesse caso, sequer pressupõe alterações nas maneiras de as comunidades locais envolvidas se relacionarem com os paradigmas de desenvolvimento em curso: aliás, mudá-las para quê, se são elas que, internacionalmente, mantêm e alimentam a boa performance do desenvolvimento [...] no *país desenvolvido*? [p. 58-59].

b) A da atual relação de dependência e subjugo do mundo subdesenvolvido ao mundo desenvolvido [p. 57]: [Todavia,] como atualmente o *mundo desenvolvido* vê e trata o *mundo*

subdesenvolvido [...], o *Desenvolvimento Local*, além de não pressupor alterações nas supramencionadas maneiras de relacionamento, trará benefícios – sim – às comunidades-localidades em que for implementado, mas apenas como *lenitivo socioeconômico*, sem jamais criar perspectivas de elas e o país que as integre se emanciparem do fatídico movimento implosivo da ‘Cultura da Pobreza’. E mesmo que se intencione o contrário, o *Desenvolvimento Local* nunca ultrapassará as fronteiras do assistencialismo [p. 58]. Por isso [p. 59-60], o *Desenvolvimento Local* tem sido pensado também nesta ótica (da mesma forma que na primeira) como *coisa só de comunidades periféricas, pobres ou carentes*, e não de qualquer comunidade-localidade [...] caracterizada como bem definida e com tudo o que abranja (de núcleo, periferia, pobreza e riqueza), que se preste não só a se desenvolver como também a aprimorar seu processo de desenvolvimento, se já em andamento: afinal de contas e socioculturalmente falando, quando e onde *riqueza* se tornou sinônimo de *desenvolvimento* e *rico* de *desenvolvido*? Se assim fosse, a questão social da pobreza no mundo estaria em permanente prioridade de solução justamente a partir de todos os ricos do planeta (em termos de hemisférios, continentes, países, comunidades e pessoas), e não o inverso como se viu atrás, restando os casos reais de pobreza, carência e miséria sociocultural e material apenas à preguiça, à doença ou outra anomalia e à falta de iniciativas individuais, visto que pobreza, carência e miséria também se originam e nutrem desses lados pessoais.

c) A da relação do *mundo subdesenvolvido* com suas próprias chances de efetiva e emancipadamente se desenvolver (tornando-se capaz de romper as amarras tanto internas quanto externas que o prendem ao subdesenvolvimento), a partir de comunidades-localidades concretas e bem definidas (p. 57). [...] esta [ótica], sim, pressupõe alterações nas maneiras de as comunidades-localidades envolvidas (e, por somatória, o próprio país que as integre) se relacionarem com os paradigmas de desenvolvimento capitalista globalizante em curso, despencados em avalanche pelo *mundo desenvolvido* sobre o *mundo subdesenvolvido* [...] [p. 59]. [Então,] dirá alguém, e

com razão: o *Desenvolvimento Local* nesta terceira ótica é tarefa árdua, pacientemente e implica muita perseverança, por parte tanto da comunidade mesma quanto dos *agentes externos*, que se disponham a subsidiar e acompanhar o trabalho comunitário-local em verdadeira condição de *pedagogos sociocomunitários* [p. 63].

Por essa terceira ótica, de natureza endógeno-emancipatória, a finalidade maior do DL é de que, paulatina e processualmente, cada comunidade-localidade – por ele optante – conquiste e endogeneize capacidades, competências e habilidades de aproveitar potenciais próprios, de absorver produtivamente quaisquer investimentos, apoios e ajudas externos, bem como de criar efetivas condições para se tornar ao mesmo tempo *sujeita e principal agente* de seus rumos e dinâmicas de desenvolvimento.

No entanto, e como explicado logo a seguir, o melhor caminho didático que encontrei para chegar o mais próximo possível da essência conceitual do DL, de cunho endógeno-emancipatório, foi o da *distinção/conceituação-por-exclusão*, ou seja, primeiro focando QUE-NÃO-É-DL (embora com *aparência* de sê-lo) para preparar o passo seguinte sobre QUE-É-DL de fato no próximo item 4. Então:

Que *não* é DL?

No começo, não foi fácil trabalhar a Teoria do DL nessa perspectiva endógeno-emancipatória, porque o DL, de acordo com a visão europeia (em que teve origem, como visto na citação de Carpio Martín (1999 *apud* ÁVILA, 2006a, p. 54) e dos demais países *desenvolvidos* a que sua proposição começou a se infiltrar, era e ainda é focado como estratégia de *localização do desenvolvimento*, por extensão de algumas prerrogativas do processo tradicional do desenvolvimento capitalista (como emprego, renda e poder de consumo ou acesso a bens e serviços de saúde, moradia, transporte, lazer, etc.) a *comunidades definidas* das bases

populacionais periféricas, para efeito de nivelamento socioeconômico de baixo para cima das classes ou camadas sociais – como dito anteriormente –, de cada país pretendente se ingressar na União Europeia. Portanto, a finalidade desse nivelamento convergia e ainda converge muito mais em direção à criação de condições para a formação e manutenção da hoje União Europeia do que para o precípua objetivo de tais *comunidades definidas* se tornarem *sujeitos* de seus próprios rumos e processos de desenvolvimento.

Partindo do DL como *mera extensão e localização de prerrogativas do desenvolvimentismo capitalista a periféricas (sobretudo pobres e carentes) comunidades definidas*, era (e por vezes ainda o é) muito comum – em discussões conceituais dentro e fora da Universidade – cometer o equívoco de se pensar e de fato reduzir o DL a *iniciativas localizadoras* de empresas, indústrias, empreendimentos infraestruturais e diversos outros serviços de apoio (como telefone, água, esgoto, energia, escola, posto de saúde, filantropias, assistencialismos, etc.) em territórios comunitários locais concretos.

Noutras palavras, pensava-se – e ainda se pensa com frequência – que *apoiar, promover ou fazer qualquer coisa localizada numa comunidade definida* já significa automaticamente *apoiar, promover ou fazer DL*. A própria expressão *comunidade definitiva* também é empregada ambigualmente, em razão de poder assumir diferentes amplitudes fenomenológico-conceituais como destinação de iniciativas e empreendimentos que beneficiem focadamente *determinada/o região, município, bairro, quarteirão, aldeia indígena, favela, assentamento, quilombo*, etc.

Por isso, me vi no desafio de achar e empregar a forma didática que permitisse tanto evitar o mencionado equívoco quanto de realmente destacar a essência lógico-conceitual do Desenvolvimento Local de cunho endógeno-emancipatório. Por isso, a forma que venho usando intensamente e com integral sucesso, pelo menos

até agora, é a de, *por exclusão* e conforme os próximos subitens 3.1 e 3.2, tornar enfaticamente passível de compreensão que nem “Desenvolvimento *no* Local (DnL)” e nem “Desenvolvimento *para* o Local (DpL)” são o *Desenvolvimento Local* (DL) essencialmente endógeno-emancipatório a que me refiro tanto nas concernentes disciplinas quanto em escritos a respeito desse tema.

Aliás, comecei a esboçar essa *distinção/conceituação-por exclusão* já no artigo “Pressupostos para formação educacional em desenvolvimento local” em setembro de 2000 (ÁVILA, 2000), e a completei no texto-base da conferência proferida no 1º COLÓQUIO INTERNACIONAL DE DESENVOLVIMENTO LOCAL, realizado na UCDB em 2003. Esse texto foi ampliado e transformado no livro *Cultura de sub/desenvolvimento e desenvolvimento local*, publicado em 2006 (ÁVILA, 2006a), no qual são explicitadas as significações teórico-conceitual e teórico-metodológica básicas do Desenvolvimento Comunitário-Local de natureza endógeno-emancipatória.

Pelas ponderações que vêm de ser feitas neste começo de item, nas páginas anteriores e em face dos estreitos limites para esta matéria, passemos, de imediato, às seguintes duas ênfases, as de que **DL** (genuinamente endógeno-emancipatório):

*Não é “Desenvolvimento *no* Local (DnL)”*

Esta denominação de *desenvolvimento* é carregada de duas conotações restritivas. A de, em primeiro lugar, limitar-se a meras iniciativas de *localização de empreendimentos* (conforme comentado) que trazem benefícios, sobretudo materiais (emprego, salário e/ou renda) à população de determinada localidade periferizada. E, em segundo, a de, quando de fato implementada

como *intencional forma de desenvolvimento*, quase sempre se confinar às fronteiras do *intevencionismo desenvolvimentista em âmbito comunitário local*, dado que

‘**Desenvolvimento no Local (DnL)**’ se refere a um empreendimento ou iniciativa a que se atribui a qualificação “de desenvolvimento”, por gerar emprego e expectativa de arrecadação de impostos e circulação de bens e dinheiro, mas que, em verdade, tem o local apenas como sede física. Só fica no local enquanto o lucro compensa. No momento que a lucratividade baixa, ou quebra – empresarialmente falando – ou vai embora, deixando à comunidade-localidade seus destroços-fantasmas, por vezes muitos e graves problemas ambientais e, principalmente, enorme frustração na população.

O modelo brasileiro de implantação tanto de parques industriais quanto de indústrias isoladas, a partir da década de 1940, vem fazendo com que até populações dos centros mais avançados do país, como as principais capitais, hoje paguem muito caro por esse tipo de ‘desenvolvimento’ em termos de água, ar, solo e saúde de modo geral.

Esse tipo de ‘desenvolvimento’ deve ser evitado ou banido? – Há casos em que é necessário até para que se criem bases econômicas para o *Desenvolvimento Local* propriamente dito, portanto de caráter *endógeno emancipatório*. Mas, se por um lado ELE MESMO NÃO É DESENVOLVIMENTO LOCAL ENDÓGENO EMANCIPATÓRIO, por outro, tem sido praticado, mundo afora, quase exclusivamente como *desenvolvimentismo intervencionista* em âmbitos comunitário locais. (ÁVILA, 2006a, p. 70-71)

Não é (só) “Desenvolvimento para o Local (DpL)”

E a explicação para isso consiste em que, na prática, essa forma de pensar e promover desenvolvimento também se tem reduzido a *assistencialismo desenvolvimentista em âmbito comunitário local*, pois

O '**Desenvolvimento para o Local (DpL)**' se refere à ideia de 'desenvolvimento' que, além de se situar no local como sede física, gera atividades e efeitos benéficos às comunidades e aos ecossistemas locais, mas à maneira *bumerangue*: brota das instâncias promotoras, vai aos locais-comunidades, mas volta às instâncias promotoras em termos de consecução mais de suas próprias finalidades institucionais (as das instâncias promotoras, evidentemente) que do real, endógeno e permanente desenvolvimento das comunidades-localidades visadas.

Em esmagadora maioria, os programas, projetos e atividades desenvolvimentistas realizados ou propostos (com explícitos ou implícitos objetivos de melhorias de comunidades-localidades) por organismos internacionais e nacionais, públicos e privados, têm-se conotado como Desenvolvimento PARA O Local (DpL), bem como os de caráter político-eleitoral, assistencialista, promocionalista e filantrópico, de modo geral, pensados e postos em prática por entidades/pessoas ora interesseiras, ora simplesmente abnegadas e ora até especializadas em assistência/promoção humano-ambiental. Nem sempre esses planos, programas, projetos e/ou atividades deixam muitos e duradouros rastros quando encerrada a atuação das pessoas/agências que os idealizam, patrocinam, promovem ou os operacionalizam. (ÁVILA, 2006a, p. 73-74)

Importa frisar, então, que é absolutamente importante e indispensável distinguir **assistência** (social, técnica, tecnológica, científica, cultural, sanitária, etc.) de **assistencialismo**. A **assistência** na condição de *motor-de-arranque* do desenvolvimento comunitário-local, lá onde para tanto ela se torne necessária como *ponto-de-partida*. E o **assistencialismo** como *crime* (também de natureza social, técnica, tecnológica, científica, cultural, sanitária, etc.), inibidor, degenerador e assassino de iniciativas pessoais e comunitárias em perspectivas de curto, médio e longo prazos.

Nesse contexto, eis – por exemplo – dois grandes problemas do **assistencialismo desenvolvimentista comunitário-local**:

1) O primeiro – gerador do segundo – é o da exploração dos **assistencializados** (para distingui-los de **assistidos** por autêntica

assistência, aquela anteriormente destacada como *motor-de-arranque* do DL) pelos próprios promotores do **assistencialismo**, a exemplo do que ocorre nesta descrição:

Para compreender isso, basta observar a natureza. Fique-se debaixo de uma laranjeira cheia de pulgões e procure-se verificar com atenção o que se passa. Os pulgões são, na verdade, um campo de cultivo de formigas doces grandes e miúdas. Elas os ‘cultivam’ para sugarem as suas secreções adocicadas. Portanto, as formigas jamais ‘quereriam’ que os pulgões se acabassem, como também jamais ‘permitiriam’ que deixassem de ser pulgões. O que fazem é alimentá-los sempre para que excretem também cada vez mais. O que ‘interessa’ às formigas, em última análise, é a autopreservação e o bem-estar delas mesmas e não a vida e a comodidade dos pulgões. (ÁVILA, 2006a, p. 49-50, e 2009b, p. 118-119)

A aludida relação *formigas-pulgões* se aplica ao *assistencialismo desenvolvimentista* de qualquer tipo e procedência. Pode vir de fora ou de dentro de qualquer país, região, estado, município, bairro, etc., bem como de não importa que iniciativa pública, privada, filantrópica, e assim por diante.

2) O segundo, intrinsecamente decorrente do primeiro, é o que leva os *assistencializados* à *cultura da pobreza*:

Lewis identificou o que acreditava ser um fator importante na perpetuação da pobreza. Independentemente do que tenha originado padrões de desigualdade e pobreza na sociedade, argumentou Lewis, uma vez sejam eles estabelecidos, a vida de pobreza tende a gerar idéias culturais que promovem comportamentos e pontos de vista que a perpetuam. (JONHSON, 1997 *apud* ÁVILA, 2006a, p. 18)

E, por sua vez, a *cultura da pobreza* é continuamente alimentada pela *cultura da dependência assistencialista*, mais ou menos assim:

[...] a cultura do *assistencialismo* socialmente degenerador, grassada mundo afora, se assemelha à do oleiro que, ao perceber que todos os habitantes de certa região precisavam de potes, reuniu e concentrou seus esforços em sua fabricação. No entanto, desde a primeira 'fornada', verificou que infalivelmente todos os potes apresentavam trincas aqui e acolá. Ao perceber que era difícil resolver o problema das trincas no próprio processo de fabricação dos potes, teve e de fato adotou a seguinte idéia: fabricar também resina especial para vedar trincas de potes. Assim, a população primeiro comprava os potes, mas dentro em pouco voltava para adquirir também a resina. E como a resina tinha efeito muito curto, o grande negócio do fabricante tornou-se a sua produção, embora também precisasse continuar fabricando potes trincados. Do contrário, perderia o que passou a ser o seu grande negócio, o generalizado consumo da resina: afinal, sem potes trincados, ninguém mais iria precisar de resina. Perpetuou-se, assim, a cultura da produção de potes trincados e formou-se a da fabricação de resina vedante para potes trincados de fábrica. (ÁVILA, 2006a, p. 75-76)

Isso significa que as interseccionadas *cultura da dependência* e *cultura da pobreza* (esta aludida por Jonhson) não só são alimentadas de fora para dentro, como também se tornam profundamente impregnadas e *metabolizadas*, mundo afora, no próprio seio dos contingentes populacionais em reais e/ou potenciais situações de pobreza, como ilustram as anteriormente mencionadas histórias do *oleiro fabricante de resina para seus potes trincados* e das *formigas sugadoras das secreções de seus pulgões*.

Feitas essas sínteses sobre o que parece, mas de fato NÃO-É-DL, foca-se de imediato o QUE-É. Então:

Desenvolvimento Local é

Inicialmente, observa-SE que doravante não mais será acoplado à expressão "Desenvolvimento Local" o destaque qualificativo

endógeno-emancipatório, porque tais propriedades são essencialmente inerentes, em termos de amplitude e profundidade, às dimensões teórico-conceituais e teórico-operacionais do DL como vem sendo focado no item 2-c e deste 4º em diante.

Mas já entrando no mérito do supramencionado título, uma forma de tornar essa lógica bem inteligível é a de tratá-la por rápida comparação com o cultivo de determinada árvore frutífera (ou comunidade-localidade em relação a processo de DL), de boa família genética, mas plantada em terreno acentuadamente arenoso.

Ou seja, certo lavrador, que já tinha ouvido falar sobre a importância dos frutos da aludida árvore, foi trabalhar numa fazenda e, de imediato, deparou-se com algumas delas já adultas, outras em formação e ainda outras nascendo. Então, disse ao guia da fazenda que havia já pensado e decidido cultivá-las melhor para que produzissem fartas colheitas de frutos grandes e sadios, em vez dos raquíticos que ali acabara de ver. Mas o guia, há anos empregado da fazenda, retrucou-lhe, pessimistamente, que aquelas árvores nunca vingavam naquela terra: cresciam, por vezes ficavam viçosas e só produziam –quando produziam- frutos raquíticos até murcharem e morrerem.

Todavia, o lavrador recém-chegado lhe afiançou que isso não mais ocorreria porque a tudo que essas árvores já recebessem da natureza ele acrescentaria intensas adubação, irrigação e pulverização. De fato, por alguns anos seguidos regularmente as adubou, irrigou e pulverizou. Mesmo assim, começou a observar que essas árvores até viviam um pouco mais que as de tempos anteriores, mas seus frutos continuavam raquíticos, ácidos e pouco aproveitáveis. No entanto, e ao contrário de desanimar-se, o interessado lavrador, agora comprovadamente ciente de que o problema não se reduzia à falta de adubação, irrigação e pulverização (além de todas as demais condições que a própria natureza mais ou menos prodigamente propiciava às árvores), quis saber sobre a principal causa desse insucesso.

Passou a investigar e logo lhe ocorreu o *eureka = caiu(-lhe)-a-ficha*. Descobriu que havia uma questão simples e óbvia, lá nas extensões e profundezas das raízes, que punha a perder senão todos pelo menos a maioria de tudo (condições, esforços e nutrientes) que, *de-cima-para-baixo* e *de-fora-para-dentro*, ele e a própria natureza forneciam a essas árvores: o solo era ainda muito arenoso, portanto, os nutrientes orgânicos e minerais naturais, em sua maior parte, bem como os também por ele acrescentados (à maneira dos *DnL* e *DpL* mencionados), tão logo aplicados se infiltravam areia abaixo sem que as árvores tivessem tempo e condições de captá-los, *metabolizá-los* e absorvê-los processadamente como seivas e componentes vitais para se fortalecerem e gerarem bons e abundantes frutos.

Aliás, a falta de permanentes condições de contato e acesso a esses nutrientes pelas raízes faz que as árvores atrofiem essas suas capacidades, reduzindo-as a *dependentes sobrevivências* (*por má-captação e má-absorção*, porque sem completo processo de *metabolização*), quase que exclusivamente dos nutrientes que vêm *de-cima-para-baixo* e *de-fora-para-dentro*, por destinação tanto da natureza quanto da ação humana. Suas raízes se confinam praticamente a funções de sustentação física local (a de que cada árvore pelo menos se equilibre de pé), sem cumprirem a outra dimensão do integral processo de captação, *metabolização* e absorção nutritiva de qualquer árvore sadia, aquela que vem *de-baixo-para-cima* e *de-dentro-para-fora*, por contato interativo também com as condições do solo em que ela se finque.

Pensando bem, o enorme desperdício de tudo (insumos, serviços e atenções) o que a árvore recebe *de-cima-para-baixo* e *de-fora-para-dentro* se deve ao fato de ela mesma não haver desenvolvido endogenamente (em suas próprias entranhas) ao menos satisfatórias capacidades de captação, *metabolização* e absorção dos nutrientes, mais rasa ou profundamente contidos e depositados no solo permeado por suas raízes.

Com essas satisfatórias capacidades internalizadas – endogeneizadas – no seu próprio metabolismo, cada árvore acaba aproveitando melhor inclusive tudo o que tem dentro dela mesma, bem como lhe vem ou lhe é oferecido de fora (até não importando muito se *de-cima-para-baixo* e *de-fora-para-dentro*). Isso porque se torna apta, a exemplo do sadio processo metabólico de qualquer ser humano ou outro ser vivo normal com essa propriedade vital, a: primeiro, e já no concernente momento dos primordiais contatos de captação desses aportes, apropriar-se do que lhe interessar para ser *metabolizado* e absorvido como seiva, vida e energia de frutificação; mas, segundo e em ato-contínuo, escoimar e se livrar de tudo que lhe seja indigesto ou que, se ingerido por imposição alheia ou ignorância própria, a envenenaria, atrofiaria ou mataria em curto, médio ou longo prazo.

Portanto, o DL não apenas funciona como *anteparo* (ou *prato-de-fundo-de-vaso*) do desenvolvimento comunitário-local, como também e principalmente se *essencializa* em processo de formação e ativação das acima mencionadas capacidades, competências e concernentes habilidades de viver, produzir e bem aproveitar tanto condições reais quanto latentes potencialidades para se desenvolver. Em verdade, uma vez entranhadas (ou endogeneizadas) essas propriedades na cultura mental e comportamental de determinada comunidade-localidade, já se minimiza ou até se dispensa aquela função exemplificativa do *prato-de-fundo-de-vaso*, que não deixa os nutrientes se *escaparem pelo ralo* antes que as raízes comunitário-locais os identifiquem e suguem.

Pelo contínuo exercício de contato, análise, discernimento e seleção do que lhe interessa, bem como da escoimação, rejeição e expulsão (defecação no mundo animal) do que não lhe aproveita, em matéria de autodesenvolvimento, essas capacidades, competências e habilidades comunitário-locais acabam se transformando em *tentáculos com poderosas ventas de sucção, incorporação e aproveitamento* de quaisquer tipos de aportes

e insumos externos e internos, dispensando paulatinamente artificiais represamentos como os que acontecem nos referidos *pratos-de-fundo-de-vaso*.

Todavia, importa enfatizar que tais *pratos-de-fundo-de-vaso* quase sempre são necessários no começo da implantação e implementação processual do DL no âmbito de determinada comunidade-localidade, embora sua maior ou menor função varie de acordo com os estágios de autoestima, autoconfiança, condições de compromissos, iniciativas associativo-cooperativas e outras, em que se encontre a comunidade-localidade em questão. Isso, porque – nesse contexto – o tal *prato-de-fundo-de-vaso* se *essencializa* naquela autêntica **assistência** (social, técnica, tecnológica, econômica, financeira, etc., lá no subitem 3.2 destacada como *motor de arranque* do autodesenvolvimento comunitário-local), em visceral oposição ao *assistencialismo de-generador*, de qualquer tipo e natureza, também caracterizado como *crime* social, técnico, tecnológico, econômico, financeiro ou não importa de que outro tipo.

Agora, chegou o momento de ir diretamente à seguinte descrição conceitual do DL, destacada em Ávila (2006a, p. 80, 2001, p. 68-69, e 2000, p. 68):

[...] o ‘núcleo conceitual’ do desenvolvimento local consiste no efetivo desabrochamento – a partir do rompimento de amarras que prendam as pessoas em seus *status quo* de vida – das capacidades, competências e habilidades de uma ‘comunidade definida’ – portanto com interesses comuns e situada em [...] espaço territorialmente delimitado, com identidade social e histórica –, no sentido de ela mesma – mediante ativa colaboração de agentes externos e internos – incrementar a cultura da solidariedade em seu meio e se tornar paulatinamente apta a agenciar (discernindo e assumindo dentre rumos alternativos de reorientação do seu presente e de sua evolução para o futuro aqueles que se lhe apresentem mais consentâneos) e gerenciar (diagnosticar, tomar decisões, agir, avaliar, controlar, etc.) o aproveitamento dos potenciais próprios – ou cabedais

de potencialidades peculiares à localidade –, assim como a ‘metabolização’ comunitária de insumos e investimentos públicos e privados externos, visando à processual busca de soluções para os problemas, necessidades e aspirações, de toda ordem e natureza, que mais direta e cotidianamente lhe dizem respeito.

Como se vê, há, nessa descrição conceitual, termos ou expressões já destacadas, como *desabrochamento*, *comunidade definida*, *agenciar* e *gerenciar*. Por outra, já se falou relativamente bastante sobre o significado do fenômeno *metabolização*, no sentido de que, segundo a citação supra, a comunidade-localidade se torne *sujeito/a* “[...] discernindo e assumindo dentre rumos alternativos de reorientação do seu presente e de sua evolução para o futuro aqueles que se lhe apresentem mais consentâneos [...]”, em contraposição à habitual maneira de ser tratada como mero *objeto* de desenvolvimento, explicitando a significação (também na conceituação acima) do termo *agenciar*. No entanto, restam ainda brechas para mais considerações interpretativas. Como exemplo, retomo a ideia de *desabrochamento* e a ela acrescento as concernentes aos significados de *capacidade*, *competência* e *habilidade* no contexto do DL aqui focado.

Passo a esses acréscimos interpretativos, já pelo termo/fenômeno *desabrochamento*. Além do sentido já explicitado na mencionada descrição conceitual, até mesmo a maioria de meus ex-alunos (todos considerados adultos) deixava escapar aquele sorriso malicioso da sua relação com impotência sexual. De fato, em nossa linguagem corrente, o verbo *brochar* (ou mais apropriadamente *broxar*) é muito usado com essa significação, inclusive em razão de suas nefastas conseqüências de *murchamento*, *encaramujamento*, *retraimento*, *recolhimento para dentro*, etc.

Todavia, se a malícia ficar de lado, normalmente a maior dificuldade para que as comunidades-localidades aprendam a implementar seu próprio desenvolvimento, em teoria e prática, resulta

exatamente de *murchamento*, *encaramujamento*, *retraimento*, *recolhimento para dentro*, etc., impregnados em seus sentimentos e cultura, tanto por falta de condições internas ou autoisolamentos quanto por diferentes abandonos e todos os tipos de *nefastos relacionamentos assistencialistas* externos.

No mais, e em relação a isso, o termo/fenômeno *desabrochamento* significa exatamente a *ação de deixar-de-ser-brochado*, ou a *inversão do processo de brochamento*, exigida pelo prefixo *des*, como no caso de *descobrir*, com o sentido de *tirar-a-cobertura* (que foi posta onde está) e não o de apenas *ficar-sem-cobertura*. Aliás, quando aplicado a uma flor, o verbo *desabrochar* é extremamente rico de sentidos ativos, como os de *volver-se para fora*, *abrir espaço*, bem como *atrair e envolver agentes fertilizadores internos e externos no processo de fecundação com vista à geração do almejado fruto*. E isso tem tudo a ver com qualquer comunidade-localidade que intencione o DL como processo e *fruto* de todos os seus investimentos e empenhos nessa perspectiva.

Por outra, e em termos de significados gerais nesta conceituação de DL: *capacidade* significa saber algo; *competência* se refere a saber aplicar, realizar, concretizar em sentido amplo o que se sabe; e *habilidade (ou competência apurada)* quer dizer: saber aplicar, realizar, concretizar algo específico do que se sabe com precisão focal, rigor técnico e destreza operacional.

Inclusão Social na essência do DL

Em termos de ***Inclusão Social e Desenvolvimento Local (DL)***, se de fato endógeno-emancipatório, não há apenas relação entre ambos, pois o que realmente ocorre é *inerência essencial*, ou seja, torna-se inconcebível que o DL não seja de natureza substantivamente

inclusiva, da maneira como tratado nas páginas anteriores. Aliás, tal *inerência essencial* se aplica também a outras propriedades fundamentais do próprio DL, como *autossustentabilidade*, *dinâmica processualmente integradora*, *gestão democrático-compromissada*, *ação participativo-cooperativa* e *configurações endógeno-emancipatórias*, várias vezes aqui enfatizadas.

Essa observação se reveste de sentido, até porque no governo FHC se criou o chamado programa *Comunidade Solidária* para implantar e implementar o que se denominou *Desenvolvimento Local, Integrado e Sustentável (DLIS)*, como se tratando do acoplamento de três modalidades diferenciadas à moda das antigas latas de doce em pasta *três-em-um*. Há nessas três distinções o paradoxal problema de que o DL, nesse contexto, perde completamente sua consistência interna (isto é, reduz-se a *ovo sem gema*) se essencialmente esvaziado principalmente das mencionadas *dinâmica integradora* processual e *auto-sustentabilidade*, por eficiente processo formativamente endogeneizador das já anteriormente mencionadas *capacidade*, *competências* e *habilidades de cada comunidade-localidade paulatinamente se tornar **sujeito** de seu próprio processo de desenvolvimento*. Isso implica substancialmente a Inclusão Social de todos os contingentes populacionais envolvidos e não só dos pobres, carentes ou periféricos, que habitualmente são vistos como eternos candidatos a meros *assistencialismos*.

Mas se essas propriedades se caracterizam como de *inerência essencial* no processo de configuração substantiva do DL, o mesmo nem sempre vem acontecendo com políticas, iniciativas e empreendimentos de Educação, saúde, cultura, lazer e todos os demais serviços ou implementos mais afetos a contingentes populacionais concretamente localizados.

Princípio fundamental

Como teoria, o DL se caracteriza como lógica filosófico-política e operacional de desenvolvimento comunitário-local, que, para se dinamizar como prática ao mesmo tempo societária e ambiental, implementa-se por iniciativas, investimentos e empreendimentos concretos, públicos e privados, concernentes a tudo (nos termos do “núcleo conceitual”), “[...] de toda ordem e natureza, que mais direta e cotidianamente [...] dizem respeito a uma ‘comunidade definida’ [...]”, como os implementos nas áreas de educação, religião, formação comunitária ou *comunitarização*, saúde, lazer, esporte, transporte, turismo, infraestrutura e congêneres.

Portanto, no contexto do DL concretamente focado em determinada comunidade-localidade, nunca haverá aqui DL e acolá dinâmicas comunitárias de educação, economia, administração, religião, direito, engenharias, medicina (humanas e veterinárias), etc.³. Em outros termos, o DL só se concretiza quando suas lógicas se impregnam no âmago cultural de determinada comunidade-localidade, de tal forma que todas as políticas, iniciativas e empreendimentos, em seu âmbito implementados, convirjam para que ela de fato assuma paulatinamente os principais rumos e rédeas de sua trajetória de humano e ambientalmente sadio desenvolvimento.

E a maneira mais rápida e didática para saber se uma política, iniciativa ou empreendimento (por exemplo, em qualquer uma das áreas científico-profissionais acima referidas) se *configura como de DL* é a de começar a averiguação das respectivas teorias e práticas pela seguinte questão: **que isto tem a ver com DL, DnL ou DpL?**

³ De modo muito incisivo e claro, essa multi e interdisciplinar convergência é tratada no *texto Mestrado em Desenvolvimento Local/UCDB e diplomado em qualquer curso de graduação*, comentado na Introdução.

Solidariedade: medula espinhal motriz do DL

De fato, retroagindo-se a praticamente tudo o que se comentou a respeito de DL, não restará dúvida de que a *medula espinhal motriz* (ÁVILA, 2006a, p. 101-104) desse processo consiste tanto na capacidade quanto na real possibilidade de se chegar a consensos e desenvolver iniciativas comunitariamente cooperativo-coparticipativas, que incidam direta e constantemente nas dinâmicas de sensibilização, mobilização, organização, planejamento e ação conjunta no âmbito da comunidade-localidade a que se referir.

Saudáveis, *medula espinhal* e *solidariedade* são necessárias para que se sinta e reaja a reflexos. Só que a primeira no plano individual-pessoal e a segunda no coletivo-comunitário. Sem envolvimento e clima de cooperação solidária, o DL se reduz a mera nomenclatura, por falta de *medula* que energize e dinamize tanto a união quanto a ação cooperativo-constructiva no âmbito da diversidade de indivíduos que compõem cada comunidade-localidade.

Todavia, convém distinguir desde já *solidariedade*, ou estado emocional reflexivo-consciente de relacionamento interpessoal cooperativo, de *gregariedade* como estado emocional instintivo-impulsivo de relacionamento interpessoal defensivo, conforme estudos de performances comunitárias realizados por Coelho e Ávila (2009a, p. 110-116).

Mas, como a ativação tanto da *solidariedade* quanto da *gregariedade* acaba desembocando-se no fenômeno chamado *coesão social*, ou real concretização do estado de mobilização e cooperação de um grupo pequeno ou grande de pessoas, também importa assim discernir entre estes dois tipos de *coesão*:

[...] *coesão gregária*, a que se efetiva com base em impulsos instintivos (ou algo bem próximo de sentimentos, interesses e

finalidades primários-comuns) de autopreservação e/ou conservação de todo o grupo ou de parte dele, [...];

[...] *coesão solidária*, resultante de volitivos, afetivos e efetivos laços de mobilização e cooperação, [...] para cuja formação [...] *boa dose de idealismo altruísta* se soma a sentimentos, interesses e finalidades comuns, conferindo à união do grupo significância e relevância social que transcendem as imputadas aos esforços e dispêndios individuais implicados. (COELHO; ÁVILA, 2009a, p. 111)

Em decorrência, a *coesão gregária* não basta como *força motriz* para o desencadeamento de capacidades, competências, habilidades e autoconfiança comunitário-locais de autodesenvolvimento em termos de DL. Ou seja, a dinâmica do DL requer, além da *coesão gregária*, a *coesão solidária*, evidentemente gerada, energizada e animada pela *solidariedade*, dado que, explicitando melhor o conceito acima esboçado:

A *solidariedade* representa o estado de ânimo (impressões, crenças e convicções) que gera volitivos, afetivos e efetivos laços de mobilização e cooperação (nos âmbitos de uma pessoa para com outra, de um grupo para com outro, dos membros de um grupo para com todo o grupo ou de membros para com membros do mesmo grupo) [...]. (COELHO; ÁVILA, 2009a, p. 111)

E a razão por que só a *coesão gregária* não basta para decolar o DL e mantê-lo em curso construtivo é a de que a mesma normalmente acontece por motivo de *forte comoção*. Isto é, costuma ocorrer quando condições existenciais, de pessoas ou coisas que lhes são significativas, entram em real ou aparente, porém convincente, situação de grave risco, como nos casos, principalmente, de intempestivas catástrofes. Trata-se de instintos corporativos de preservação da espécie e da própria autopreservação, que se encontram gravados nos DNAs de todos os seres vivos, portanto não só humanos. No entanto, a questão é a de que, passada a efervescência da comoção, a tendência normal do estado de

coesão gregária é a de voltar à latência, no sentido da expressão inglesa *stand by*, à espera de outro *surto comotivo*.

Reitera-se, pois, que o DL requer, necessariamente e muito além da instintiva *coesão gregária*, o estado de *coesão solidária*, aquele pelo qual as pessoas se aglutinam, *comunitarizam*, planejam e agem coparticipativamente, portanto com total consciência e explícito querer a respeito do que estão fazendo, vão ou pretendem fazer.

E isso inclusive no sentido de assumirem posições, compromissos e responsabilidades com perspectivas de benefícios e riscos previamente calculados. Aliás, a própria capacidade de bem pré-calculer benefícios e riscos em contextos comunitários, tanto coletivos quanto pessoais, acaba por se tornar importante, constante e extremamente consciente rotina em cada sadia implementação do DL. E a boa notícia em relação à *coesão solidária* é de que ela, mesmo não sendo inata, pode e deve ser continuamente educável.

Educação: Sistema Respiratório-Circulatório do DL

De início, informa-se aos possíveis interessados que a aqui re-senhada questão, indicada pelo título, encontra-se mais explicitada no livro *Cultura de sub/desenvolvimento e desenvolvimento local* (ÁVILA, 2006a, p. 105-110) e em partes do artigo “Pressupostos para formação educacional em desenvolvimento local” (ÁVILA, 2000), ambos referenciados no final.

Mas, retomando – do primeiro parágrafo da Introdução – a dupla relação (de causa e efeito em recíproca alternância) entre educação e DL (endógeno-emancipatório), a formação da cultura do DL depende, basilarmente, da educabilidade das respectivas pessoas para se *comunitarizarem* na processual perspectiva de busca e conquista do autodesenvolvimento, sem as amarras e

dependências de *assistencialismos* ou *intervencionismos* externos, como vistos nos itens anteriores.

Trata-se de educabilidade no sentido de que a comunidade se informe, atualize e impregne, ininterruptamente, do cultural hábito da incessante pesquisa e discussão de *novas formas* (*formação*, conforme mencionado) para se unir, capacitar, cooperar e agir em direção à consecução de seus próprios rumos de desenvolvimento e concernentes meios de viabilização.

E é justamente quanto a essa tarefa, a de permanentemente se formar e educar para o autodesenvolvimento, que toda e qualquer comunidade-localidade mais precisa da ajuda dos *Agentes de Desenvolvimento Local* como *autênticos pedagogos de formação e encaminhamento comunitário*.

Então, *formação* e *educação* comunitária local são dois fenômenos que interagem e se complementam:

Numa visão bem sintética de entrelaçamento entre *formação* e *educação*, diria que a primeira se situa no patamar básico de busca, decifração, discernimento e incorporação de sentidos e valores de determinada *realidade* e a segunda, a *educação*, dá o passo-avante de a pessoa, no caso o educando, traduzir de fato esses sentidos e valores em rumos e procedimentos alternativos para o seu desenvolvimento físico, intelectual, moral e social. Portanto, *formação* e *educação* se complementam como fenômenos, vez que *educação* supõe *formação* como fundamento e *formação* precisa de *educação* para se concretizar na dinâmica existencial-individual e coletiva- das pessoas. (ÁVILA, 2000, p. 63)

Mas, também, são dois fenômenos que mutuamente se reforçam, e por duas frentes, as da *Educação Comunitária* abrangente e da *Educação Escolar*, de modo mais específico:

[...] a Educação Comunitária tem em vista ajudar os homens a alcançarem o progresso social e econômico que lhes permitirá ocupar o seu lugar no mundo moderno [...]. O melhoramento de comunidades depende de uma auto-ajuda que pode incluir o desenvolvimento de uma participação maior e melhor das

pessoas nos assuntos comunitários locais, uma revitalização das formas existentes de governo local, ou a introdução de alguma forma efetiva de administração local nas comunidades que não a possuam. [...] O objetivo final do moderno trabalho de educação comunitária é o desenvolvimento de uma comunidade organizada e democrática que se tenha libertado de muitas restrições e costumes tradicionais e esteja intelectualmente preparada para um crescimento contínuo. (BEATTY, 1965, p. 12)

A *Educação Comunitária*, tal como acima caracterizada, é necessária, no contexto do DL, justamente por atingir a comunidade como um todo, mas, por isso mesmo, sua dinâmica e seus efeitos, embora fundamentais, se tornam genérica e superficialmente capilarizados.

Portanto, não se trata somente de *Educação Comunitária* ou de campanhas e programas educacionais esporádicos. Também e necessariamente, requer-se permanente e fecunda *Educação Escolar*, regularmente formadora de sucessivas gerações, em virtude de que é exatamente no processo de profunda capilarização comunitária, tanto da conscientização quanto da exercitação de práticas de interação curricular entre escola e realidade (convergentes para o DL), que a *Educação Escolar* pode e deve prestar inestimáveis contribuições.

E isso pelos seguintes três motivos: 1º) a preparação de *capital humano* nessa direção se iniciará pelas crianças e adolescentes, perpassará pelos professores e por toda a escola, assim como ecoará primeiramente nas famílias dos alunos para, em seguida e por disseminação, alcançar as demais famílias que compõem a base da comunidade; 2º) tornar-se-á contínua a preparação de gerações que se sucederão no processo de implementação e aperfeiçoamento do autodesenvolvimento de suas comunidades-locais; 3º) e ainda se descobrirá que esse será também o mais adequado e proveitoso caminho metodológico para a melhoria, inclusive da qualidade-quantidade do próprio processo *ensino-aprendizagem*, como se verá no próximo item.

Trata-se, pois, de dinâmicas operacionais que concretizam e explicitam a mencionada dupla relação entre Educação e DL (endógeno-emancipatório) como de causa e efeito em recíproca alternância, conforme mencionado no primeiro parágrafo Introdução. Ou seja: se, por um lado, a Educação gera condições culturais e procedimentais para a efetiva implementação do DL, por outro, também a própria implementação do DL propicia a melhoria educacional, tanto a geral referente, sobretudo, à formação e ao exercício da cidadania, quanto a Educação Escolar, de modo particular. Isso, até mesmo em razão de os educandos aprenderem a relacionar e exercitar os processos de aprendizagem com as próprias e reais lógicas dos fenômenos, naturais e artificiais, que eles efetivamente manifestam ou em que de fato se fundamentam. É o que a seguir se continuará ponderando.

Como impregnar educação escolar de dinamismos endogeneizadores de DL

O primeiro impacto desse título poderá ensejar a que intempesivamente se pergunte: mas, como relacionar Educação Escolar com DL, se, por um lado, as escolas já estão abarrotadas de que fazer e, por outro, mesmo as quantidade e qualidade do que se faz vêm sendo constantemente questionadas pela sociedade?

De fato, a pergunta tem razão de ser, mas, mesmo assim, no Brasil ainda há alternativa praticamente inexplorada e disponível para direta vinculação operacional entre Educação Escolar e Desenvolvimento Local, a da *metodologia*.

Em realidade, pelo viés metodológico tradicional, o máximo que se pode fazer é usar a Educação Escolar para campanhas ou movimentos de sensibilização e motivação sobre DL,

a exemplo do que já se faz em relação à saúde, à higiene, à não discriminação racial, e assim por diante. Isso, em virtude de que, pela tradicional metodologia escolar, são focados diretamente conteúdos semiotizados (isto é, compendiados em fórmulas ou outras combinações lógicas de sinais e símbolos de compreensão, armazenamento e comunicação), tendo o aluno de, desconectado das concretudes que eles representam, fazer o hercúleo esforço de aprendizagem por virtuais reconstituições de tais conexões, mediante explicações, ilustrações, muitas comparações, diversas associações, e assim por diante.

Mas há outra opção metodológica possível, a que costumo chamar de *aprendizagem por interambientalização*, pela qual os conteúdos escolares devem começar a ser tratados desde o início da Educação Infantil, em conexão direta com suas reais lógicas e expressões fenomenológicas básicas, no sentido do concreto para o abstrato e a partir dos contextos meio-ambientais em que se situam cada escola e respectivos educandos. Isso, até que os educandos formem lastro cognitivo capaz de mantê-los em auge de decolagem para os níveis da pura e semiotizada abstração, disponíveis em todos os acervos de conhecimento, tanto os científicos quanto os não importa de que outras formas de saber acumulado, inclusive nos chamados livros didáticos.

Trata-se de alternativa bem compatível com as intercomplementares duas teorias construtivistas mais influentes da atualidade – as do *construtivismo psicogenético* de Piaget e do *construtivismo sociointeracionista* de Vygotsky. Também vem ao encontro da filosófica e milenar Teoria do Conhecimento, pela qual já se sabe, desde os tempos aristotélicos, que *nada chega à inteligência (mente) sem que antes se tenha passado pelos sentidos*. Ou seja, todos os elos iniciais também de todas as cadeias geradoras de conhecimento resultaram e continuam resultando de interatividades da mente ou inteligência humana com os respectivos objetos de conhecimento, sempre pela mediação dos sentidos e suas extensões sensoriais,

hoje já exponencialmente ampliadas pela humana inventividade científica e tecnológica. Mas, em virtude de o espaço textual aqui não comportar detalhamento de como tal processo se dinamiza, o que se sugere é a leitura do Tópico 4 do livro *A pesquisa na vida e na universidade* (ÁVILA, 2006b), referenciado no final, que versa exatamente sobre o tema: “A pesquisa e o processo natural de formulação expansivo-evolutiva do conhecimento”.

Agora, voltando à questão da *aprendizagem por interambientalização*, como alternativa metodológica para impregnação de dinamismos endogeneizadores de DL no âmbito da Educação Escolar (desde a Educação Infantil), nada há de tão complicado nisso, pelos seguintes dois motivos:

- a primordial razão de ser de toda e qualquer ciência (não importando se matemática, geografia, história, biologia, química, física, etc.), inclusive as curriculares da Educação Básica e da Educação Superior, é a de procurar entender as respectivas lógicas e significações passadas, presentes e futuras das realidades, por elas expressas ou representadas em todas as dimensões da natureza e do universo:

- também todos e cada um de nós pisamos, respiramos, comemos, degustamos, tocamos, cheiramos, vemos e ouvimos, isto é, vivenciamos e experimentamos, em todos os instantes e contextos locais de nossas existências, aspectos e pontos concretos dessas realidades, que as correspondentes ciências incessantemente procuram entender, representar e até tirar proveito por constantes iniciativas de aplicabilidade dos conhecimentos que delas se auferem.

Por que, então, não invertermos a orientação metodológica de entronização das nossas sucessivas gerações em áreas e correspondentes domínios científicos, de forma que:

- inicialmente se parta das próprias e naturais lógicas fenomenológico-matemáticas, geográficas, ecológicas, biológicas, históricas, químicas, físicas, etc., da realidade (isto é, do banheiro,

da cozinha, do quarto, do quintal, da rua, do esgoto, do córrego, da igreja, da farmácia, do pátio, do supermercado, do curral, do chiqueiro, da vegetação, do relevo topográfico, da cidade, do povoado, da família, etc., etc.),

- para depois (já a partir das últimas séries do Ensino Fundamental e daí em diante sempre que houver abordagem de novos conteúdos científicos) começar a chegar-se efetivamente às respectivas fórmulas e expressões científicas da matemática, da geografia, da ecologia, da biologia, da história, da química, da física, etc., inclusive as semiotizadas nos livros e outros materiais de apoio didático escolar?

Em verdade, tal dinâmica metodológica pode e deve começar já nos âmbitos familiares, antes mesmo do ingresso dos filhos na escola. Mas a questão é que a escolaridade dos adultos não os prepara para esse tipo de interação com suas tenras crianças e suas próprias realidades meio-ambientais de cotidianas vivências. Então, o certo será que as próprias políticas e programações da Educação Escolar levem em consideração, também, a necessidade dessa preparação, inclusive psicopedagogicamente subsidiada.

Se isso de fato acontecer, nossas gerações não apenas melhorarão as concernentes aprendizagens científicas e técnicas, como também começarão a conhecer, avaliar e valorizar as condições e potencialidades humanas, sociais, materiais, econômicas, culturais, etc., dos seus próprios meios de vivência. E isso é também de extrema e fundamental importância para o deslançamento do endógeno e emancipatório Desenvolvimento Local.

Aliás, confiro tanta importância a essa questão da *aprendizagem por interambientalização* no contexto do DL, que até publiquei um livro, como se vê pelo próprio título *Educação e escolar e desenvolvimento local* (ÁVILA, 2003)⁴ a ela integralmente dedicado a quem se interesse por mais detalhes ponderativos a esse respeito.

⁴ Também disponível pelo Blog <<http://www.de-senvolvimento.localvfa.com.br>>.

Conclusão

A quantos tenham chegado a este final de leitura com a impressão de que as abordagens focadas são utópicas, reitero o título conclusivo do primeiro e densamente compacto livro *Formação educacional em desenvolvimento local: relato de estudo em grupo e análise de conceitos* (ÁVILA *et al.*, 2001, p. 92), resultante de longo processo de pesquisa, que em 2000 eu e mais quatro orientandos do Mestrado em Desenvolvimento Local/UCDB publicamos: “Se utopia, uma boa utopia”.

Isso, evidentemente em decorrência de séria análise a respeito do que a equipe entendeu por *boa utopia*. Ou seja, se o sentido geral de *utopia* se restringe ao de pura miragem ou de algo aparentemente muito interessante, porém nunca realizável ou acessível, a *boa utopia* se aplica a bons objetivos, momentaneamente sem condições de concretização, mas perfeitamente realizáveis tão logo elas se criem.

Aliás, iniciativas de DL endógeno-emancipatório eram muito menos possíveis em 2000 que atualmente. E a já mencionada crise planetária, deflagrada justamente pelo *mundo desenvolvido/rico* a partir de 2008, está inclusive alertando para a crescente tendência da perda de identidade por parte tanto de pessoas quanto de grupos populacionais não solidariamente *comunitarizados* e cientes de seus próprios rumos e possibilidades de autodesenvolvimento.

Portanto, nessa perspectiva, o DL também vem se tornando cada vez mais contrapé e contraponto da desmesurada globalização. Não lhe é contrário, mas a humaniza e até a complementa, infraestruturalmente, pelo respaldo de, nos respectivos níveis de base vivencial, as pessoas se organizarem, *comunitarizarem*, dela participarem e até tirarem proveito. Assim, estarão atuando na condição de **sujeitos** de suas trajetórias de vida e não na de **meros objetos** robotizados pelo sufoco de impostas ingerências e dependências externas.

Abstract

THE TWO-WAY RELATIONSHIP BETWEEN EDUCATION AND LOCAL DEVELOPMENT (ENDOGENOUS-EMANCIPATORY)

The main purpose with this article is to clarify the inseparable, two-way relationship between Education and Local Development (DL) endogenous-emancipatory, i.e., whether Education provides cultural and procedural conditions for activating LD, and also whether its implementation truly generates qualitative and quantitative improvements in education (school and community), both in terms of the formation and exercise of citizenship and of learning itself, in accordance with art. 22, Act 9394/1996 – The National Education Core and Guidelines Act (NECGA). However, as the understanding of LD is much less widespread than that of Education, the first seven sequential items concern the recent history of LD, the three global ways for designing LD, WHAT-LD-IS NOT, and WHAT-LD-IS. Other considerations to such a two-way relationship are summarized in the last two items, in addition to an emphatic final note whether the focused approaches are utopic, or even a good utopia.

Keywords: Local development. Education. Social inclusion. Solidarity.

Résumé

DOUBLE RELATION ENTRE L'ÉDUCATION ET LE DÉVELOPPEMENT LOCAL (ENDOGENÈNE-ÉMANCIPATEUR)

Le but principal de cet article est de clarifier la double et inséparable relation entre l'Éducation et le Développement Local (DL) endogène-émancipateur, c'est à dire, si l'éducation offre des conditions culturelles et procédurales pour l'activation du DL, et aussi si votre mise en œuvre constitue l'épreuve créatrice de l'amélioration qualitative-quantitative de l'éducation (communautaire et scolaire), autant en termes de formation et d'expérimentation de la citoyenneté que de l'apprentissage elle-même, selon l'article 22 de la loi n°. 9.394/1996 – Loi de Directives et de Bases de l'Éducation Nationale (LDBEN). Cependant, comme la compréhension de DL est beaucoup moins répandue que celle de l'éducation, les sept premiers éléments séquentiels concernent l'histoire récente du DL, les trois façons de conception du DL mondial, CE-QUI-N'EST-PAS-DL et, en fait, CE-QUI-EST-DL. Les pondérations lesdits duo sont prises dans les deux derniers points, avec la emphatique note concluante que, comme les approches ciblées, "si utopie, est une bonne utopie . duo sont prises.

Mots-clés: Développement local. Éducation. Inclusion sociale. Solidarité.

Referências

ÁVILA, V. F. *A pesquisa na vida e na universidade*. 3. ed. Campo Grande, MS: Ed. UFMS, 2009b.

ÁVILA, V. F. *Cultura de sub/desenvolvimento e desenvolvimento local*. Sobral-CE: Edições da (Universidade Estadual Vale do Acaraú (UVA), 2006a.

ÁVILA, V. F. *Educação escolar e desenvolvimento local: realidade e abstrações no currículo*. Brasília: Plano, 2003.

ÁVILA, V. F. *et al. Formação educacional em desenvolvimento local: relato de estudo em grupo e análise de conceitos*. 2. ed. Campo Grande: Ed. UCDB, 2001.

ÁVILA, V. F. *Mestrado em Desenvolvimento Local/UCDB e diplomado em qualquer curso de graduação*. Campo Grande, 2008. (Texto de esclarecimento à potencial clientela de ingresso nesse Mestrado, postado no frontispício do respectivo site desde 2008 e disponível no Blog <http://www.desenvolvimentolocalvfa.com.br>).

ÁVILA, V. F. Pressupostos para formação educacional em desenvolvimento local. *Interações: revista internacional de desenvolvimento local* (1). Campo Grande-MS: UCDB, 2000, p. 63-75.

BEATTY, Willard W. Natureza e finalidade da educação comunitária. In: HENRY, Nelson B. (Coord.). *Educação comunitária: princípios e práticas colhidos na experiência através do mundo*. Tradução de Leonel Vallandro. Rio de Janeiro: Globo, 1965 (Anuário da Sociedade Nacional para o Estudo da Educação).

BRASIL. Lei n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. *Diário Oficial da União*, 23 dez. 1996. Disponível em: <portal.mec.gov.br/seed/arquivos/pdf/tvescola/leis/lein9394.pdf>. Acesso em: 8 ago. 2011.

CARPIO MARTÍN, José. Nuevas realidades en el desarrollo local en España e Iberoamérica. In: SEMINÁRIO INTERNACIONAL SOBRE PERSPECTIVAS DE DESARROLLO EN IBEROAMÉRICA. *Anais...*, Santiago de Compostela, maio 1999.

COELHO, I. S.; ÁVILA, V. F. Performances comunitárias e vieses teóricos sobre potencialidades de participação no Jardim Sayonara, Campo Grande-MS: em ótica de desenvolvimento local. *INTERAÇÕES: revista internacional de desenvolvimento local*. Campo Grande-MS, v. 10, n. 1, jan./jun. p. 95-117, 2009a.

JONHSON, Allan. *Dicionário de sociologia: guia prático da linguagem sociológica*. Tradução de Ruy Jungmann. Rio de Janeiro: Zahar, 1998.

Recebido em setembro de 2011

Aprovado em outubro de 2011

